



CONSELHO
DE ARBITRAGEM

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE AVEIRO

**NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO - FUTSAL
2018 / 2019**





No pressuposto das competências exclusivas definidas nos Estatutos da associação de Futebol de Aveiro, bem como do Regulamento de Arbitragem em vigor, são publicadas as presentes Normas de Classificação para a Época 2018/2019.

I CAPÍTULO NORMAS GENÉRICAS

1. Para efeitos classificativos, os árbitros das categorias C3, C4 e C5 classificados ao abrigo das presentes normas têm de realizar 3 (três) provas físicas e 3 (três) provas escritas sobre Leis de Jogo e Regulamentos; os árbitros e cronometristas das demais categorias têm de realizar 2 (duas) provas físicas e 2 (duas) provas escritas. Em ambos os casos, a as duas primeiras ações de avaliação são obrigatórias.

2. O observador tem de realizar 3 (três) provas escritas sobre Leis de Jogo, Regulamentos e 3 (três) testes escritos práticos de elaboração de um relatório técnico de Observação, após visionamento de parte de um jogo ou por apontamentos para relatório.

3. Caso isso não se verifique, fica o elemento referido nos nºs 1 e 2 sem classificação, salvo entendimento em contrário do CA.

4. A insuficiência de elementos classificativos recolhidos durante a época, para apuramento da classificação final, determinará a descida de categoria.

5. Pode não ser aplicada a norma referida no nº anterior desde que tal insuficiência resulte de incapacidade para atuar por motivo de saúde, lesão (em jogo oficial) ou gravidez, comprovada por relatório médico, e por deliberação do Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Aveiro (doravante designado por CA da AFA).

6. No que respeita a reclamações e recursos sobre o teor dos relatórios técnicos dos observadores, da correção dos testes escritos e dos resultados das provas físicas, o CA da AFA é considerado como última instância.

7. Para efeitos de validação da classificação do relatório técnico do observador, considera-se como mínimo a conclusão da primeira parte do respetivo jogo.

8. O CA da AFA pode, a todo o momento, solicitar parecer à Comissão de Apoio Técnico, de qualquer situação técnica que entenda, com as eventuais repercussões classificativas sobre os agentes de arbitragem envolvidos, como se de uma reclamação se tratasse.

9. Qualquer tentativa, concretizada ou não, de utilização

de meios ilícitos em qualquer das provas classificativas mencionadas nas presentes normas, acarretará a anulação da prova em causa, considerando-se para todos os efeitos que a mesma não foi atingida. Por exemplo, se em qualquer das provas escritas for detetada a utilização de qualquer documento ou equipamento que não tenha sido expressamente autorizado, a referida prova será anulada e considerar-se-á como tendo obtida a classificação de zero (0) na mesma.

10. Nos casos de igualdade pontual na classificação final, será utilizado o critério da idade mais baixa. Se ainda assim subsistir empate será usado o critério de maior antiguidade na categoria em causa.

11. Os casos omissos serão resolvidos pelo CA da AFA.

II CAPÍTULO CLASSIFICAÇÃO DOS ARBITROS DAS CATEGORIA C3, C4, C5 e CJ

A classificação dos árbitros(as) é atribuída de acordo com os seguintes critérios:

1 - CRITÉRIOS

1.1 - Pontuação atribuída em função dos relatórios dos Observadores, depois de corrigida pelos respetivos coeficientes, bem como pelos pareceres da Comissão de Apoio Técnico quando esta tenha sido chamada a pronunciar-se e haja alterado a classificação atribuída, após aprovação pelo CA da AFA.

1.2 - Bonificações:

1.2.1 - Os(As) árbitros(as) que durante a época compareçam às ações de formação obrigatórias, convocadas pelo CA da AFA, serão bonificados em 0,10 por cada ação, até um máximo de 0,50 pontos, a atribuir diretamente à média final.

1.2.2 - Os árbitros que durante a época frequentem os centros de treinos serão bonificados em 0,10 por cada grupo de 10 presenças, até ao máximo de 0,50, a somar diretamente à média final;

1.3 - A pontuação é atribuída mediante:

a) 3 (três) provas escritas e 3 (três) testes físicos prestados pelos árbitros(as) C3 e C4 e C5 ao longo da época;

b) 2 (duas) provas escritas e 2 (dois) testes físicos prestados pelos árbitros(as) das demais categorias ao longo da época, sendo que, para quem realize as três provas, serão considerados os resultados das duas melhores.



1.4 - Determinação do Coeficiente do Observador.

O Coeficiente do Observador (CO) é obtido pela fórmula $CO = MG / MO$, em que MG é a média aritmética geral das pontuações atribuídas por todos os observadores e MO a média aritmética das pontuações atribuídas pelo Observador.

1.5 - O árbitro(a) pode ser observado(a) em qualquer jogo realizado no âmbito das Competições de seniores e de juniores A da AFA.

1.6 - Para efeitos de classificação final o(a) árbitro(a) dos quadros C3 e C4 devem ser observado(a) entre 3 a 6 jogos, sendo 3 como primeiro árbitro e 3 como segundo árbitro. Os árbitros do quadro C3 Promoção poderão ser observados no mínimo de 3 jogos e no máximo de 5 jogos como primeiro e como segundo. As referidas Observações podem ser feitas no mesmo jogo ou em jogos diferentes.

1.7 - Os(As) árbitros(as) das demais categorias não ficam sujeitos a observações classificativas, podendo, no entanto, ser observados pontualmente, com caráter informativo.

1.8 - A integração no Quadro C3 fica reservada preferencialmente aos árbitros que apresentem comprovativo/certificação de conclusão do 12º ano (mínimo) ou que se encontrem a frequentar o mesmo e desde que possam apresentar comprovativo da sua conclusão até 31 de maio da época em curso. O não cumprimento deste critério implica a não indicação para frequentar o Curso de Formação Avançada de Nível 2 da FPF.

1.9 - Arbitram nos campeonatos distritais de seniores preferencialmente os árbitros do quadro C3 que obtiverem no teste escrito a pontuação igual ou superior a 55 pontos, e que realizem, obrigatoriamente, os testes físicos dentro dos parâmetros descritos no ponto 2.

1.10 - Qualquer reclamação sobre o preenchimento do relatório do observador ou da classificação dos testes escritos, deverá efetuar-se no prazo de 3 (três) dias úteis, após a receção da notificação ou disponibilização da informação, para o CA da AFA, que os submeterá a parecer da Comissão de Análise e Recurso. Para este efeito o CA da AFA é o último recurso.

2 - PONTUAÇÃO DA PROVA ESCRITA E FÍSICA

2.1 - Prova Escrita

2.1.1 - A pontuação, conforme a categoria, de 3 (três) ou 2 (dois) testes escritos sobre as leis do jogo e regulamentos (de 0 a 100 pontos) será reconvertida numa

nota semelhante à de um relatório técnico, pela aplicação do coeficiente de 0,04.

2.1.2 - A nota final é a resultante da média aritmética dos três testes.

2.1.3 - Se não obtiver 70 pontos considera-se que falhou a Prova Escrita.

Exemplo 1:

1º. Teste = 91 pontos ($91 \times 0,04 = 3,64$ pontos)

2º. Teste = 95 pontos ($95 \times 0,04 = 3,80$ pontos)

3º. Teste = 86 pontos ($86 \times 0,04 = 3,44$ pontos)

Assim, $(3,64 + 3,80 + 3,44) / 3 = 3,63$

Logo, a nota final a atribuir pelos três testes escritos é de 3,63.

Exemplo 2:

1º. Teste = 75 pontos ($75 \times 0,04 = 3,00$ pontos)

2º. Teste = 57 pontos ($57 \times 0,04 = 2,28$ pontos)

3º. Teste = 80 pontos ($80 \times 0,04 = 3,20$ pontos)

Assim, $(3,00 + 2,28 + 3,20) / 3 = 2,83$

Logo, a nota final a atribuir pelos três testes escritos é de 2,83.

2.2 - Prova Física

A Prova Física, consiste na realização de 3 (três) provas por época para os árbitros de C3 e C4 e 2 (duas) para os árbitros das demais categorias, todas elas com caráter classificativo.

As provas encontram-se detalhadamente descritas em seguida:

2.2.1 YO-YO INTERMITTENT RECOVERY TEST- NÍVEL I

Consiste em correr sucessivos percursos de 40 metros (20+20) intercalados com pausas de 10 segundos de recuperação. A corrida está organizada em patamares de velocidade crescente que se encontram descritos em anexo às presentes normas.

Os níveis mínimos a atingir são:

CATEGORIA C3, C4 e C5 - 15,5

Será atribuída uma pontuação (PR) na prova de acordo com as tabelas seguintes em que o (nv) representa o nível

Categorias C3, C4 e C5:

Nível	Pontuação
$nv \geq 17.5$	10
$16.5 \leq nv \leq 17.4$	8
$15.5 \leq nv \leq 16.4$	6
$nv < 15.5$	3



Observações:

- a) Se não cumprir o nível mínimo, considera-se que falhou o teste físico;
- b) Se se lesionar no decorrer da prova, considera-se que falhou o teste físico.

2.2.2 PROVA DE VELOCIDADE

Consiste num percurso de 4x10 metros, executado duas vezes, que deve ser percorrido no tempo máximo:

CATEGORIAS C3, C4 e C5 - 11,00''

Será atribuída uma pontuação para cada execução de acordo com as tabelas seguintes (em que t representa o tempo)

Categoria C3, C4 e C5:

Nível	Pontuação
$t \leq 9,5''$	10
$9,5'' < t \leq 10,0''$	8
$10,0'' < t \leq 11,0''$	6
$t > 11,0''$	3

A pontuação na prova (PV) é obtida através da média das pontuações das execuções.

Observações:

- a) Se cair ou tropeçar durante um percurso poderá repetir o percurso uma única vez;
- b) Se ultrapassar o tempo máximo num ou em ambos os percursos considera-se que falhou o teste físico, com exceção prevista em 2.4;
- c) Se se lesionar no decorrer da prova, considera-se que falhou o teste físico.

2.2.3 - PROVA DE AGILIDADE

Consiste num percurso de corrida, com diversos tipos de movimentação, executado duas vezes, que deve ser percorrido num tempo máximo de:

CATEGORIAS C3, C4 e C5 - 21,5''

Será atribuída uma pontuação para cada execução de acordo com as tabelas seguintes (em que t representa o tempo).

Categoria C3, C4 e C5:

Categoria	Nível
$t \leq 18,0''$	10
$18,0'' < t \leq 19,0''$	8
$19,0'' < t \leq 21,0''$	6
$t > 21,0''$	3

A pontuação na prova (PA) é obtida através da média das pontuações das execuções.

Observações:

- a) Se cair ou tropeçar um percurso poderá repetir o percurso uma única vez;
- b) Se ultrapassar o tempo máximo num ou em ambos os percursos considera-se que falhou o teste físico, com exceção prevista em 2.4;
- c) Se se lesionar no decorrer da prova, considera-se que falhou o teste físico

2.2.4 REPETIÇÃO

- a) No final das provas de velocidade e de agilidade, se algum árbitro tiver ultrapassado o tempo máximo num percurso, e apenas num, de uma das provas, e apenas numa, poderá repetir o percurso em causa no final de todas as provas.
- b) Na eventualidade de não ultrapassar o tempo máximo respetivo no percurso respetivo, a pontuação atribuída neste percurso, será de 4,0 e substituirá a anteriormente obtida, para todos os efeitos.
- c) Se na repetição voltar a ultrapassar o tempo máximo respetivo no percurso repetido, considera-se que falhou o teste físico.

2.2.5 - Pontuação

A pontuação final dos testes físicos (TF) será reconvertida numa nota semelhante à de um relatório técnico adicional. A nota final é a resultante da média aritmética dos três testes:

- a) Prova Falhada - equivalente a uma nota de 2,0.

2.3 - Prova Não Concluída

2.3.1 - Os árbitros que na prova escrita obtenha pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos ou nas provas físicas não as conclua nos tempos e distâncias exigidos, pode ser suspenso da atividade até à prestação de novas provas, o mesmo acontecendo àquele que apresente justificação médica.

2.3.2 - Se na prova de repetição se voltar a verificar o não cumprimento da pontuação mínima / tempo e distância exigidos / não conclusão, os árbitros podem ficar impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época (no caso da 3ª ação de avaliação).

2.3.3 - Para efeitos (classificativos) do previsto em 2.1 e 2.2 é considerado o resultado do 1º teste escrito / prova física realizado, sendo que o resultado da repetição apenas será considerado para efeitos de habilitação para retomar a atividade.

2.3.4 - Nos casos em que não se torne possível a realização da prova de repetição, considera-se que a prova não foi realizada, aplicando-se o previsto no ponto 2.4.1.

2.4 - Prova Não Realizada.

2.4.1 - Quando, por motivo de saúde ou lesão, os árbitros



não realizarem a prova física

e/ou escrita regulamentar, é-lhe atribuída a nota de 1,5 (um e meio) pontos.

2.4.2 - Se o impedimento respeitar à primeira prova regulamentar, considera-se que não a realizou se esse impedimento se mantiver até ao dia anterior da realização da segunda, aplicando-se a mesma situação em relação à terceira prova.

2.4.3 - Se o impedimento respeitar à terceira prova regulamentar, considera-se que não a realizou se esse impedimento se mantiver até à última jornada das competições organizadas pela AFA.

3 - SANÇÕES DISCIPLINARES

3.1 - Incorrem em infrações disciplinares os árbitros que durante a época desportiva faltem aos jogos para os quais estão nomeados, infrinjam as regras técnicas e disciplinares emergentes das leis do jogo, do regulamento de arbitragem, bem como com o seu comportamento ponham em causa as boas práticas de conduta e ética desportiva.

Exemplos:

- a) Falta de comparecimento ao jogo.
- b) Falta de envio de SMS para o CA AFA a confirmar a nomeação e no final dos jogos com o resultado.
- c) Atraso no início de jogo da sua exclusiva responsabilidade.
- d) Envio do relatório do jogo depois do primeiro dia útil após a realização do jogo.
- e) Preenchimento dos relatórios dos jogos, com deficiências e deturpação da verdade desportiva.
- f) Cometer erros técnicos.
- g) Pedidos de dispensa de atuação entregues fora de prazo, ou seja, com menos de 10 dias de antecedência e sem motivo atendível pelo CA da AFA.
- h) Violação das regras de sigilo e confidencialidade a que estão obrigados.
- i) Arbitrar jogos à revelia do CA da AFA.
- j) Reclamar mais do que um relatório do observador sem que lhe seja dada razão.
- k) Emitir qualquer opinião pública, nomeadamente através das redes sociais da internet, sobre as competições distritais, sobre os clubes que nela intervenham e sobre qualquer matéria relacionada com a arbitragem.
- l) Outra infração de relevo que o CA da AFA considere dignas de registo e de punição disciplinar.

3.2 - As infrações previstas nas alíneas a), e), f), h), i), resultam em penalizações numa pontuação gradual, conforme a natureza da infração e a sua repetição, de 1 a 3 pontos. As restantes alíneas resultam em penalizações numa pontuação gradual de 0,5 a 2 pontos.

3.3 - As decisões do Conselho de Disciplina e Conselho

Jurisdicional da AFA, transitadas em julgado, terão as seguintes penalizações:

- Suspensão até 30 dias, - 0,1 ponto
- Suspensão superior a 30 dias e até 90 dias, - 0,5 pontos
- Suspensão superior a 90 dias, - 1 pontos

3.4 - Informação das Penalizações:

3.4.1 - Sempre que algum árbitro seja penalizado, nos termos dos pontos, 3.1, 3.2, 3.3, será o mesmo informado dos motivos e das razões do facto que motivaram a sua penalização.

4 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL

4.1 - A pontuação média final resulta da combinação das pontuações de todas as observações feitas em jogos com as notas resultantes em cada um dos testes escritos e dos testes físicos e as penalizações resultantes das sanções disciplinares.

4.2 - À pontuação final serão subtraídas as penalizações resultantes das sanções disciplinares.

4.3 - A pontuação final (PF) é encontrada através da fórmula $PF = (1 \times PMO + 3 \times PES + 3 \times PFI) + \text{bonificação - PE}$, sendo PMO o resultado obtido após a pontuação média das Observações, corrigidas pelo coeficiente do observador, dividida pelo número de jogos observados e o grau de dificuldade da nomeação, PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido em cada uma das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.4 - Em caso de igualdade na classificação final, será concedida preferência ao elemento de idade inferior.

5 - ÁRBITROS JOVENS

5.1 - Aplicam-se aos Testes Físicos dos árbitros jovens os seguintes tempos:

Na ausência de determinação adequada a cada um dos escalões etários, no que concerne os tempos das provas para os árbitros jovens, os mesmos ficarão sujeitos à realização de provas apresentadas pela CAT e sempre com tempos e grau de dificuldade inferior às impostas para os árbitros.

III CAPÍTULO - CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES

1 - CRITÉRIOS

1.1 - A classificação do Observador incide sobre dois aspetos:

- a) A avaliação de conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos;
- b) A avaliação de desempenho da sua função.



1.2 - A classificação dos observadores será constituída numa escala de 0 a 90 (zero a noventa).

1.3 - A avaliação de conhecimentos será realizada através de 3 (três) testes escritos realizados no decurso de cada época.

1.4 - A avaliação de desempenho de cada observador é realizada pela análise contínua dos seus relatórios, pela realização de 3 (três) testes práticos no decurso da época e ainda pela avaliação das reclamações dos árbitros sobre o teor dos Relatórios Técnicos.

1.5 - A avaliação contínua dos relatórios dos observadores é da competência da Comissão de Apoio Técnico, com base no preenchimento da ficha de avaliação.

1.6 - O teste prático consiste na elaboração de um relatório técnico após visualização de parte de um jogo ou pela elaboração de um vídeo-teste.

1.7 - As reclamações dos árbitros serão analisadas através da Comissão de Análise e Recurso, carecendo o referido parecer da aprovação do CA da AFA. Por cada reclamação em que for dada razão ao árbitro, o observador será penalizado com 1,5 (um ponto e meio) ponto.

1.8 - A classificação final dos observadores dependerá ainda da subtração dos pontos em que foi penalizado nas fichas de avaliação.

1.9 - Para efeitos de classificação cada observador deverá efetuar um mínimo de 6 (seis) jogos.

2 - SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES

A classificação dos Observadores é obtida a partir da pontuação máxima de 90 (noventa) pontos, aos quais serão subtraídos os pontos de penalizações dos dois tipos de avaliação seguintes:

2.1 - Avaliação Teórica

A avaliação de conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos será efetuada através de 3 (três) testes escritos sobre as Leis de Jogo.

2.2 - Avaliação Prática

a) Avaliação de Relatórios Técnicos elaborados pelo Observador ao longo da época nos diversos parâmetros da "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico";

b) Realização de 3 (três) testes de visionamento de parte de um jogo, através da elaboração de Relatório Técnico de Observação ou de um vídeo-teste.

3 - PENALIZAÇÕES

3.1 - Avaliação Teórica

3.1.1 - Testes Escritos (prático e teórico)

Cada teste escrito sofre uma das seguintes bonificações e penalizações:

(Exemplos: bonificação sucessiva e incremental de cinco

em cinco a partir dos 70 pontos, (exemplo: 70 = zero; 75 = 0,1; 80 = 0,2; 85 = 0,4; 90 = 0,6; 95 = 0,8; 100 = 1,0).

De modo inverso, haveria penalizações para resultados nos testes abaixo de 70 (exemplo: 65 pontos = -0,2; 60 pontos = -0,4; 55 pontos = -0,6; 50 pontos = -0,8).

3.1.2 - Um teste negativo com nota inferior a 70 (setenta) pontos provoca a suspensão da atividade de observador até à realização de novo teste com nota positiva.

3.1.3 - Se no teste de repetição se voltar a verificar o incumprimento da pontuação mínima exigida, o observador fica impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época caso se verifique na 3ª ação de avaliação.

3.1.4 - No caso previsto no número anterior, para além dos normativos regulamentares aplicáveis, a cada período de inatividade (3 por época) corresponderá uma penalização direta na pontuação final de 0,125 pontos.

3.1.5 - Para efeitos do previsto em 3.1.1, é considerado o resultado do 1º teste realizado, sendo que o resultado da repetição apenas será considerado para efeitos de habilitação para retomar a atividade.

3.2 - Avaliação Prática

3.2.1 - Avaliação do Relatório Técnico.

Por cada falha nos parâmetros da "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico":

"Penalização (pontos 1 a 3, 5 e 6) = 0,25 pontos

"Penalização (ponto 4) = 1 ponto

"Penalização (ponto 7) = 3 pontos

3.3 - Bonificações

Os(As) observadores(as) que durante a época compareçam às ações de formação obrigatórias, convocadas pelo CA da AFA, serão bonificados em 2 pontos por cada ação, até um máximo de 10 pontos, a atribuir diretamente à média final.

4 - SANÇÕES DISCIPLINARES

4.1 - Incorrem em infrações disciplinares os observadores que durante a época desportiva faltem aos jogos para os quais estão nomeados, infringjam as regras técnicas e disciplinares emergentes das leis do jogo, do regulamento de arbitragem, bem como com o seu comportamento ponham em causa as boas práticas de conduta e ética desportiva.

Exemplos:

a) Falta de comparecimento ao jogo.

b) Preenchimento dos relatórios dos jogos, com deficiências e deturpação da verdade desportiva.

c) Pedidos de dispensa de atuação entregues fora de prazo, ou seja, com menos de 10 dias de antecedência e sem motivo atendível pelo CA da AFA.

d) Violação das regras de sigilo e confidencialidade a que estão obrigados.

e) Outras infrações de relevo que o CA da AFA considere dignas de registo e de punição disciplinar.



4.2 - As infrações previstas nas alíneas a) a d), serão penalizadas numa pontuação gradual, conforme a natureza da infração e a sua repetição, de 1 a 3 pontos. As da alínea e), serão penalizadas numa pontuação gradual de 0,5 a 2 pontos.

4.3 - As decisões do Conselho de Disciplina e Conselho Jurisdicional da AFA, transitadas em julgado, terão as seguintes penalizações:

- Suspensão até 30 dias, - 1 ponto
- Suspensão superior a 30 dias e até 90 dias, - 2 pontos
- Suspensão superior a 90 dias, - 3 pontos

4.4 - Informação das Penalizações:

4.4.1 - Sempre que algum observador seja penalizado, nos termos dos pontos, 4.1, 4.2, 4.3, será o mesmo informado dos motivos e das razões do facto que motivaram a sua penalização.

5 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL

5.1 - A pontuação final é a resultante da diferença entre a pontuação máxima (90 pontos) e a média final das

penalizações.

5.2 - A penalização média final corresponderá ao somatório das penalizações dos testes escritos, avaliação dos relatórios técnicos e sanções disciplinares, a dividir pelo número total de jogos realizado pelo observador em causa; Ficha de Avaliação da Observação de um Jogo A "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico" é constituída pelos seguintes parâmetros de avaliação:

1. Desconhecimento / desatualização da Leis do Jogo e regulamentação;
2. Preenchimento incorreto (outros casos);
3. Descrição pouco clara, despropositada ou incompleta de factos;
4. Omissão de factos importantes;
5. Envio tardio do relatório;
6. Deficiente preenchimento do relatório, sob o ponto de vista técnico;
7. Erros de observação que respeitem a decisões que condicionaram ou pudessem ter condicionado as notas, com efetiva afetação das mesmas (participação do CA da AFA, árbitros(as)).